REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTO MONIZ

---------- ATA n.º 02/2015 ----------

Aos vinte e quatro dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze, pelas quinze horas, no Salão Nobre da Câmara Municipal do Porto Moniz, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal do Porto Moniz, sob a presidência do Senhor Emanuel Vasconcelos Jardim Fernandes, coadjuvado pelo Senhor Lino Gonçalves da Conceição, primeiro secretário da mesa da Assembleia e pelo e Senhor Norberto Rodrigues Lima, segundo secretário da mesa da Assembleia. ----------

Estavam presentes, para além dos mencionados, os seguintes Deputados Municipais do Grupo Parlamentar do PS: Nicodemo Balona Gouveia Câmara, Américo Rodrigues Nascimento, António Emanuel Rentróia de Deus da Silva, Francisco Gregório da Costa Gonçalves, Samuel Leonardo Lucas de Vasconcelos, Tito Vieira Júnior e Orlando Gouveia Ferro Fernandes, e do Grupo Parlamentar do PSD, os senhores deputados, Jaime Pereira de Lima Lucas, José Ambrósio Delgado Jardim, António Abreu dos Santos, João de Sousa Brito, Ferdinando Luís Correia Calisto da Encarnação, Manuel da Luz do Vale, Wilson Emanuel Caldeira Gouveia, Aríete Pereira Telmo Rentróia e Pedro Gonçalves Ponte. Do Executivo camarário encontravam-se presentes: o senhor Presidente João Emanuel Silva Câmara e os Senhores Vereadores Luís Teixeira, Nélio Viveiros Sequeira, Edegar Valter Castro Correia e Juan Manuel Pardau de França. Às quinze horas, constatada a existência de quórum, o Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a reunião e deu as boas vindas às senhoras e senhores deputados, bem como ao Senhor Presidente da Câmara e Senhores Vereadores. ----------

Como constante na convocatória, temos a seguinte ordem de trabalhos para a presente reunião: ----------

1. Período antes da ordem do dia; ----------

2. Correspondência; ----------

3. Informação do Senhor Presidente da Câmara; ----------

4. Apreciação do relatório de atividades e da situação financeira da Câmara Municipal, ao abrigo da alínea c) do n.º2 do artigo 25 do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; ----------

5. Realização de exercícios com vista a testar a operacionalidade dos Planos Municipais de Emergência e de Proteção Civil; ----------

6. Aprovação da Despesa Plurianual de Contrato de Prestação de Serviços – «Aquisição do Serviço de Transporte Escolar no Município do Porto Moniz 2015-2018»; ----------

7. Aprovação da Despesa Plurianual de Contrato de Prestação de Serviços - «Aquisição de combustíveis rodoviários - 2015»; ----------

8. Apreciação da Conta de Gerência 2014, bem como o inventário dos bens do Município do Porto Moniz; ----------

9. 1ª Revisão ao Orçamento da Receita, da Despesa e do Plano Plurianual de Actividades para o Ano Financeiro de 2015; ----------

10. Período aberto ao público. ----------

1. <u>Período antes da ordem do dia;</u> ----------

O primeiro secretário da Assembleia, Senhor Lino da Conceição, apresentou o requerimento da Senhora deputada Laura Lúcia Ferreira Alves que solicita a substituição, pelo período de 22 a 28 de abril de 2015, sendo substituída pelo cidadão eleito nas listas do Partido Socialista, Senhor Francisco Gregório da Costa Gonçalves. Apresentou igualmente o requerimento da Senhora deputada Maria Fátima Canada Caldeira Pestana que solicita a substituição, pelo período de 13 a 27 de abril de 2015, sendo substituída pelo cidadão eleito nas listas do Partido Socialista, Senhor Samuel Leonardo Lucas de Vasconcelos. ----------

O Senhor Presidente da Assembleia apresentou um voto de pesar, pelo falecimento do Senhor João Jorge de Ponte Gouveia, o qual leu na íntegra com o seguinte teor: ----------

"No dia 5 de abril de 2015 faleceu o Senhor João Jorge de Ponte Gouveia, membro da atual Assembleia de Freguesia do Porto Moniz e antigo Presidente da Junta de Freguesia de Porto Moniz, e ex-membro Assembleia Municipal de Porto Moniz. Com o seu desaparecimento o Concelho de Porto Moniz perdeu um dos seus vultos insignes da sua história e a Assembleia de Freguesia do Porto Moniz um dos seus membros mais prestigiados que contribuiu, com o seu cunho pessoal e qualidade de trabalho, para a dignificação deste Órgão. ----------

Nascido na Freguesia do Porto Moniz, há 85 anos, dedicado à sua terra onde foi eleito Presidente de Junta em dois mandatos, desde o ano de 1993 até ao fim do ano de 2001, revelando uma passagem de grande dedicação, brio e humildade, tendo realizado grande trabalho em prol da Freguesia, demonstrando dinamismo e entusiasmo inexcedíveis, por este Concelho. Sempre foi exigente consigo próprio e com os serviços que dele dependiam, e que viram nele um exemplo de rigor e grande dedicação ao serviço público. ----------

O seu percurso político fê-lo granjear muitos amigos sinceros, em todos os quadrantes políticos sobretudo pela correcção e honestidade e pela forma como defendia as suas causas e ideais. ----------

Foi figura influente na sociedade portomonizense, na qual era muito estimado e incansável lutador por todos os projetos que promovessem e desenvolvessem o Concelho do Porto Moniz, lutando com empenho pelos interesses da sua população, como aconteceu aquando do exercício como Presidente da Junta de Freguesia do Porto Moniz e recentemente enquanto membro da Assembleia de Freguesia. ----------

Porque as pessoas só morrem quando nos esquecemos delas, em nome dos Deputados do Grupo Parlamentar do PS da Assembleia Municipal do Porto Moniz, desejamos perpetuar a sua memória, mostrar-lhe enaltecimento público e sentida gratidão, associando a este Voto de Pesar, uma singela, mas justa homenagem, a este grande homem do nosso Concelho, o qual marcou pela sua frontalidade, coerência e singularidade a sua atuação. ----------

Com o seu desaparecimento, o Município de Porto Moniz perde um dos seus mais empenhados e distinto Homem. ----------

O Deputado Jaime Lucas solicitou que o voto de pesar fosse conjunto, também subscrito pelos deputados do PSD. ----------

O Senhor Presidente agradeceu a posição do grupo parlamentar do PSD, referindo que nestas coisas não há partidos, mas sim pessoas, mais concretamente o Homem que deixou uma marca profunda no nosso Concelho. ----------

Submetido o voto à votação foi aprovado por unanimidade. ----------

O Deputado Jaime Lucas, no seguimento do voto de pesar, propõe, no seguimento da proposta apresentada pelos Senhores Vereadores do PSD na reunião de Câmara que

decorreu na parte da manhã, que seja atribuído o nome do Senhor João Jorge de Ponte Gouveia à atual Rua das Alfarrobeiras, na Vila, tendo em conta o mérito nos cargos políticos que representou, a figura incontornável da sociedade portomonizense, bem como a relação que possui com o investimento hoteleiro que está implantado na referida rua. ----------

Submetida a proposta à votação, foi aprovada por unanimidade. ----------

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal congratulou-se com a associação da Assembleia Municipal a esta proposta. ----------

Dada a palavra ao Senhor Deputado Ambrósio Jardim, este congratulou a Câmara pelo apoio à organização do MIUT (*Madeira Island Ultra Trail*) relembrando que a autarquia teve um papel muito importante no arranque desta prova, há cerca de seis anos atrás, nas gerências dos anteriores Executivos Municipais, recomendando à Câmara que continue a apoiar o evento, uma vez que começa a ganhar uma dimensão mundial. Recomenda todavia que o Executivo deve tentar procurar formas de tentar tirar maior proveito para o Porto Moniz, nomeadamente, se possível, como em anteriores edições, alternar a chegada do evento no Porto Moniz, com toda a vantagem económica e de projeção mediática que essa situação proporciona. ----------

O Senhor Deputado Américo Nascimento questionou o Executivo, em função das notícias que têm vindo na comunicação social, sobre a situação do Aquário do Porto Moniz, nomeadamente se está legal. ----------

O Senhor Deputado Nicodemo Câmara congratulou, em nome do Grupo Parlamentar do PS, o Executivo Camarário pela renovação da Autorização de Exploração do Teleférico das Achadas da Cruz, expondo que o referido teleférico é um equipamento de referência do Concelho, estabelecendo a ligação entre a zona alta da freguesia das Achadas da Cruz e a fajã junto ao calhau, predominantemente agrícola, mas também de lazer, não percebendo que desde o ano de 2008 não tenha havido a preocupação efetiva no sentido da renovação da referida Autorização de Exploração. ----------

Referiu que o actual Executivo Camarário irá continuar a exercer a sua responsabilidade de forma a garantir o bem estar e sobretudo a segurança, quer dos munícipes do nosso Concelho, quer dos muitos turistas que nos visitam. ----------

O Senhor Deputado Tito Vieira agradeceu em seu nome e em nome dos deputados do grupo parlamentar do PS ao Senhor Presidente da Câmara e à sua equipa, a intervenção feita pela Câmara Municipal na Levada dos Moinhos, junto ao recinto da Feira do Gado, a qual se encontrava obstruída, há cerca de vinte anos, dificultando a passagem de água de rega. Intervenção esta, feita pela Câmara Municipal do Porto Moniz em colaboração com o Governo Regional. Também quis destacar a limpeza da Levada, Levadinha e a Levada do Poço Novo, efetuada pela Câmara Municipal e Junta de Freguesia em colaboração com os herdeiros. Não quis esquecer as limpezas e intervenções feitas nas restantes levadas e veredas com o apoio da Câmara Municipal. --

O Deputado Orlando Fernandes agradeceu o apoio, sobretudo em termos materiais, da Câmara Municipal na recuperação da principal levada de abastecimento do Chão da Ribeira, e da freguesia do Seixal, que ultrapassa em muito as verbas que se encontram protocoladas. Deixa também uma palavra de apreço aos agricultores que tiveram a paciência de saber esperar pela conclusão das obras. ----------

O Senhor Deputado João Brito mostrou a sua preocupação pela utilização do túnel da escapatória da via expresso, que atualmente dá acesso ao Sítio da Ribeira Funda, pois, sobretudo quem não conhece a entrada e saída de veículos daquele local, pode dar origem a um acidente grave, atendendo a que a saída não tem visibilidade para dentro do túnel da via expresso. ----------

O Senhor Presidente deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, para responder aos senhores deputados, que começou por congratular-se com a passagem do curso de Nadador Salvador de 3 funcionários do quadro da Câmara Municipal, situação importante para a manutenção do galardão da Bandeira Azul. ----------

O Senhor Presidente da Câmara solicitou, a exemplo do que aconteceu na primeira reunião de câmara, 1 minuto de silêncio pelo falecimento do Senhor Jorge de Ponte Gouveia e também por todos aqueles que recentemente partira, no nosso Concelho, mais recentemente, como a mãe do funcionário Norberto Nascimento. ----------

O Senhor Presidente da Câmara referiu que, já na reunião de câmara seguinte ao falecimento do Senhor Jorge Gouveia, o executivo tem como intenção perpetuar o nome do Senhor João Jorge de Ponte Gouveia e também do Senhor Manuel Evangelista Delgado, na toponímia do Concelho, sendo que, primeiramente, se irá concluir o

processo de atribuição de nome aos processos iniciados, no mandato do anterior executivo, ao Senhor Dr. Evangelista Gouveia e Comandante Timóteo Costa. ----------

Continuando a sua intervenção, o Senhor Presidente da Câmara referiu que lutou para que o MIUT chegasse ao Porto Moniz, contudo isso não foi possível por uma série de justificações da organização da prova, com quem teve uma grande discussão, pois o ideal seria alternar a cada ano os locais de partida e chegada. Não sendo possível a chegada, não quis perder o vínculo ao evento e, como tal, aceitou a partida efetuada a partir do Porto Moniz, que já de si é muito positivo para o Concelho, sendo que o apoio ao MIUT foi logístico e não financeiro. ----------

Relativamente à questão do Aquário, o Senhor Presidente da Câmara refere que o mesmo não está licenciado e que tentou resolver essa situação, ainda com o Governo Regional anterior, reunindo inclusivamente com o então Secretário Manuel António e com o responsável pelo Parque Natural, para resolver esse e também o problema do Plano do Chão da Ribeira, contudo essas situações ainda não estão solucionadas, estando a aguardar a tomada de posse do Novo Governo para apresentar cumprimentos, como fez com o Dr. Alberto João Jardim, e partir para uma nova linha de diálogo, para resolver estas questões pendentes e outras que também não se esquece, como é o caso da Estrada da Rocha, entre outros. ----------

O Senhor Presidente da Câmara refere que o problema do Teleférico já se encontra resolvido. Funcionou com licença, de 2005 e 2008, e, depois, essa mesma licença não foi renovada, estando cerca de 5 anos por resolver, situação que em um ano e meio de mandato já resolveu, aproveitando também para requalificar urbanisticamente aquele local no topo e com a colocação de uma casa de banho na estação da base para apoio ao turismo e utentes. ----------

Refere que o executivo está a trabalhar para resolver todas as questões pendentes que herdou do passado e que é importante ter um teleférico devidamente licenciado e desta forma projetar, ferozmente, aquele equipamento, porque até agora teve receio de o fazer, por força desta situação. ----------

O Senhor Presidente da Câmara agradece as palavras dos Senhores Deputados Tito Vieira e Orlando Fernandes, referindo que tem sido prática apoiar as juntas de freguesia do Concelho, independentemente da sua cor politica, e agradece também as palavras de

agradecimento da Senhora Deputada Aríete Rentroia, no dia da sessão solene da Freguesia da Ribeira da Janela e igualmente ao Senhor Deputado Pedro Ponte, referindo que geralmente fornece tudo o que é solicitado para bem das populações das diferentes freguesias, que é por elas que trabalhamos e existimos. ----------

Relativamente à entrada e saída do túnel da Via Expresso, o Senhor Presidente refere que chegou a ter contatos com a Eng.ª Joana Rodrigues da Via Expresso, sendo que, com a mudança de Governo Regional, estes dossiers e outros ficaram pendentes e aguardam pela instalação dos novos membros, para fazer todos os esforços, por forma a reabrir alguns troços da Estrada da Rocha e, como o Senhor Deputado João Brito disse e bem, por questões de segurança no acesso ao Sítio da Ribeira Funda. ----------

O Senhor Presidente da Assembleia agradeceu as intervenções de todos os Senhores Deputados, e do Senhor Presidente da Câmara, pelo alerta aos problemas e preocupações do Concelho. ----------

2. Correspondência:----------

Não foi apresentado nada de relevante, tendo, previamente, sido dada informação de que a correspondência estava à disposição dos senhores deputados para consulta. --------

3. Informação do Presidente da Câmara Municipal; ----------

Nos termos da alínea c), do nº 2 do artigo 25º da Lei nº. 75/2013, de 12 de Setembro, venho por este meio informar sobre a actividade desta Câmara Municipal, após a realização da última reunião da Assembleia Municipal: ----------

----------Reunião de Câmara de 27 de fevereiro de 2015 – Ata 4/2015 ----------

1. Balancete a 26 de fevereiro de 2015: ----------

Foi presente o balancete que acusava um total de disponibilidades financeiras no montante 2.251.892,36 € (dois milhões duzentos e cinquenta e um mil oitocentos e noventa e dois euros e trinta e seis cêntimos) em que orçamentais 2.210.940,65 € (dois milhões duzentos e dez mil novecentos e quarenta euros e sessenta e cinco cêntimos) e em operações de tesouraria 42.644,53 € (quarenta e dois mil seiscentos e quarenta e quatro euros e cinquenta e três cêntimos). ----------

2. Aprovado por unanimidade pedido de parecer, no âmbito da realização da prova denominada "Evento Regional TT – Volta à Ilha da Madeira em Land Rover", alertando

a organização para a limpeza imediata do asfalto, nas zonas de interseção dos caminhos de terra com os de asfalto; ----------

3. Aprovado por unanimidade ratificação de autorização de licenciamento do evento denominado "V Rota do Cardoso", alertando a organização para a limpeza imediata do asfalto, nas zonas de interseção dos caminhos de terra com os de asfalto; ----------

4. Aprovado por unanimidade ratificação de autorização de transporte solicitado pela Fundação Mário Miguel; ----------

5. Aprovado por unanimidade ratificação de transporte solicitado pela Associação dos Idosos do Porto Moniz; ----------

6. Aprovado por unanimidade ratificação de autorização de transporte solicitado pela Escola Básica do 1ºCiclo com Pré-Escolar do Seixal, no âmbito da realização do Cortejo de Carnaval; ----------

7. Aprovado por unanimidade ratificação de autorização de transporte solicitado pela Escola Básica do 1º Ciclo com Pré-Escolar e Creche do Porto Moniz, no âmbito da realização do Cortejo de Carnaval; ----------

8. Aprovado por unanimidade ratificação de autorização de transporte solicitado pela Escola Básica do 1ºCiclo com Pré-Escolar e Creche do Porto Moniz; ----------

9. Aprovado por unanimidade solicitação de apoio por parte da firma Emoções&Paladares-Serviços Turísticos, Lda., para empréstimo da Tenda do Município do Porto Moniz assim como autorização para ocupação do espaço público, presentemente ocupado pela via pública e estacionamentos públicos, junto à entrada principal da unidade hoteleira denominada "Aqua Natura Madeira Hotel"; ----------

10. Aprovado por unanimidade nomeação do Senhor João Justino Silva para representante do Município do Porto Moniz na Comissão Restrita da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Porto Moniz; ----------

11. Apresentação, para efeitos de conhecimento, do Relatório do Tribunal de Contas de auditoria à execução da Lei de Meios 2013- Relatório n.º 3/2015 – FS/SRMTC; ---------

12. Aprovado por unanimidade autorização de abertura de procedimento concursal para o recrutamento, por tempo determinado de 4 Meses, de 8 trabalhadores para a categoria de Assistente Operacional para desempenho de funções na Piscina Municipal de Porto Moniz; ----------

13. Aprovado por unanimidade Relatório Anual de Execução do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo os de Corrupção e Infracções Conexas e respectivas alterações; ----------

14. Apresentação, para efeitos de conhecimento, da Providência Cautelar – Proc. N.º56/15.1BEFUN – Intervenientes: Réu – Município do Porto Moniz; Autor – Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local (STAL). ----------

O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que, o Município de Porto Moniz foi notificado em 13-02-2015, da Citação do Tribunal Administrativo e Fiscal do Funchal, Proc. 56/15.1BEFUN, da providência cautelar prévia à acção administrativa especial de anulação ou declaração de nulidade do acto administrativo da Câmara Municipal do Porto Moniz, da suspensão da eficácia do despacho de 2 de Fevereiro de 2015 e de condenação a processar os vencimentos de acordo com o nível remuneratório que possuíam anteriormente ao despacho do Presidente da Câmara Municipal do Porto Moniz de 2 de Fevereiro de 2015; ----------

----------Reunião de Câmara de 12 de março de 2015 – Ata 5/2015 ----------

15. Balancete a 21 de março de 2015: ----------

Foi presente o balancete que acusava um total de disponibilidades financeiras no montante 2.220.303,92 € (dois milhões duzentos e vinte mil trezentos e três euros e noventa e dois cêntimos) em que orçamentais 2.178.872,21 € (dois milhões cento e setenta e oito mil oitocentos e setenta e dois euros e vinte e um cêntimos) e em operações de tesouraria 43.124,53 € (quarenta e três mil cento e vinte e quatro euros e cinquenta e três cêntimos). ----------

16. Aprovado por unanimidade ratificação de autorização de transporte solicitado pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Porto Moniz; ----------

17. Aprovado por unanimidade ratificação de autorização de apoio solicitado pela Direção de Serviços de Educação Artística e Multimédia, no âmbito da realização do primeiro evento da Temporada Artística do ano 2015, para cedência do auditório do Centro de Ciência Viva do Porto Moniz, transporte para os elementos do grupo musical e refeições para os elementos envolvidos neste evento; ----------

18. Aprovado por unanimidade ratificação de autorização de transporte solicitado pela Associação dos Idosos do Porto Moniz para deslocação dos dois grupos de cantares da referida associação para atuação no Lar de Idosos do Porto da Cruz; ----------

19. Aprovado por unanimidade solicitação de transporte por parte da Escola Básica e Secundária do Porto Moniz no âmbito da realização de visita de estudo; ----------

20. Aprovado por unanimidade solicitação de apoio por parte da firma JRFN II – Saúde Humana e Reabilitação, Lda., para cedência de um espaço no Centro de Ciência Viva do Porto Moniz, para a realização de rastreios à população nas áreas de Fisioterapia, Nutrição e Terapia da Fala; ----------

21. Aprovado por unanimidade pedido de Licenciamento por parte do Clube Desportivo e Cultural do Porto Moniz, no âmbito da realização da I Prova do Campeonato Regional de Trial de Resistência 2015; ----------

----------Reunião de Câmara de 26 de março de 2015 – Ata 6/2015 ----------

22. Balancete a 25 de março de 2015: ----------

Foi presente o balancete que acusava um total de disponibilidades financeiras no montante 2.317.456,06 € (dois milhões trezentos e dezassete mil quatrocentos e cinquenta e seis euros e seis cêntimos) em que orçamentais 2.276.602,11 € (dois milhões duzentos e setenta e seis mil seiscentos e dois euros e onze cêntimos) e em operações de tesouraria 42.546,77 € (quarenta e dois mil quinhentos e quarenta e seis euros e setenta e sete cêntimos). ----------

23. Aprovado por unanimidade ratificação de autorização de transportes solicitados pela Casa do Povo do Porto Moniz, no âmbito de atividades a desenvolver pelo Grupo Folclórico e idosos que frequentam os Centros de Convívio do Concelho; ----------

24. Aprovado por unanimidade ratificação de autorização de transporte solicitado pela Casa do Povo do Porto Moniz, no âmbito de deslocação dos idosos do Centro de Convívio da Ribeira da Janela à sede da Casa do Povo, no sítio da Santa; ----------

25. Aprovado por unanimidade ratificação de autorização de pedido de isenção de taxas para colocação de uma barraca, no âmbito da realização da "I Prova do Campeonato Regional de Trial de Resistência 2015"; ----------

26. Aprovado por unanimidade ratificação de autorização de transporte solicitado por alunos do 12.º ano da Escola Básica e Secundária do Porto Moniz, para deslocação de 6

alunos do 12.º ano ao Aeroporto da Madeira a fim de efetuarem um passeio de avioneta, oferecido pelo Padrinho da Bênção das Capas; ----------

27. Aprovado por unanimidade ratificação de autorização e solicitação de transportes por parte da Escola Básica e Secundária do Porto Moniz, no âmbito do programa de visitas de estudo previsto, denominado Projeto "Explorações – Visitas a locais de trabalho"; ----------

28. Aprovado por unanimidade solicitação de empréstimo de barreiras metálicas, por parte do Município de São Vicente; ----------

29. Aprovado por unanimidade solicitação de apoio por parte da Associação Abraço – Delegação do Funchal, no fornecimento de amêndoas ou ovos de Páscoa para oferecer a um grupo de 81 crianças e jovens apoiados pela referida instituição; ----------

30. Aprovado por unanimidade a atribuição de Transporte Escolar, por parte da Câmara Municipal do Porto Moniz, no ano letivo 2014/2015, ao aluno Lázaro Miguel António Vasconcelos do Vale, a frequentar o 7º Ano de Escolaridade; ----------

31. Aprovado por unanimidade solicitação de apoio por parte da Associação Portuguesa para as Perturbações do Desenvolvimento e Autismo da Madeira, para participação da Câmara Municipal na campanha mundial denominada "Acendam a Luz azul", que consiste na iluminação de edifícios e monumentos com luz azul, no dia 2 de Abril de 2015, data designada pela Assembleia das Nações Unidas para assinalar o Dia Mundial da Consciencialização do Autismo;; ----------

32. Aprovado por unanimidade solicitação de transporte por parte da Escola Básica e Secundária do Porto Moniz, no âmbito de visita de estudo à Estação de Tratamento de Resíduos Urbanos da Meia Serra; ----------

----------Reunião de Câmara de 9 de abril de 2015 – Ata 7/2015 ----------

33. Balancete a 8 de abril de 2015: ----------

Foi presente o balancete que acusava um total de disponibilidades financeiras no montante 2.269.388,63 € (dois milhões duzentos e sessenta e nove mil trezentos e oitenta e oito euros e sessenta e três cêntimos) em que orçamentais 2.228.114,68 € (dois milhões duzentos e vinte e oito mil cento e catorze euros e sessenta e oito cêntimos) e em operações de tesouraria 42.966,77 € (quarenta e dois mil novecentos e sessenta e seis euros e setenta e sete cêntimos). ----------

34. Aprovado por unanimidade ratificação de autorização de apoio solicitado pelo Clube Sport Marítimo, no âmbito da realização do torneio internacional denominado "Marítimo Centenário 3"; ----------

35. Aprovado por unanimidade ratificação de autorização de apoio pecuniário no valor de 1.200€ (mil e duzentos euros) e entradas nas infra-estruturas do Concelho, solicitado pelo Clube Sport Marítimo, no âmbito da realização do torneio internacional denominado "Marítimo Centenário 3"; ----------

36. Aprovado por unanimidade solicitação de certidão de prédio em ruínas, por parte da Senhora Rosa Maria Jardim Figueira, residente na Rua João Azevedo, n.º24, freguesia do Seixal, 9270-121 Porto Moniz; ----------

37. Aprovado por unanimidade solicitação de apoio pecuniário por parte do Clube Naval do Seixal, no valor de 2.000€ (dois mil euros), no âmbito da realização de Prova de Ciclismo no Concelho do Porto Moniz; ----------

38. Aprovado por unanimidade solicitação de Licenciamento e apoio logístico por parte da Associação Regional de Triatlo da Madeira, no âmbito da realização do XII Triatlo do Porto Moniz e competições associadas - 2015; ----------

39. Aprovado por unanimidade solicitação de apoio por parte do Clube Desportivo "Os Especiais" para deslocação aérea à cidade do Porto, da atleta Graciela Loreto Magro, residente no Concelho do Porto Moniz, no âmbito da participação no Campeonato Nacional de Basquetebol, época 2014/2015, atividade federada praticada por pessoas com deficiência; ----------

40. Aprovado por unanimidade solicitação de apoio logístico por parte do Clube Montanha do Funchal, no âmbito da realização do Madeira Island Ultra Trail 2015 (MIUT); ----------

41. Aprovado com 3 votos favoráveis do PS e duas abstenções do PSD proposta de Emissão de Parecer Prévio de Procedimento de Aquisição de Serviços – "Aquisição de serviços de diversos artistas – Semana do Mar 2015". ----------

Ninguém se pronunciou. ----------

4. <u>Apreciação do relatório de actividades e da situação financeira da Câmara Municipal, ao abrigo da alínea c) do n.º2 do artigo 25 do Regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro;</u> ----------

Apresentação da Situação Financeira geral e do Relatório de Atividades:

RECEITA

O total de receitas neste momento somam:	1.032.863,40 euros
As receitas correntes somam:	914.738,40 euros
As receitas de capital somam:	88.125,00 euros

Nas **receitas correntes** destacamos as transferências abaixo descritas:

Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF)	793.149,00 euros
Fundo Social Municipal (FSM)	12.723,00 euros
Imposto Rendimento singulares (IRS)	12.750,00 euros

Nos Impostos **Diretos** destacam-se os seguintes:

Imposto Municipal sobre Imoveis (IMI)	8.575,11 euros
Imposto único de Circulação (IUC)	13.068,96 euros
Imposto sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis	800,00 euros
Nas **taxas** cobramos	9.527,52 euros

Nas **vendas** de serviços cobramos 14.394,62 euros, dos quais 14.192,18 euros respeitantes à venda de água e 202,44 euros à venda de Merchadising do C.C.Viva.

Nos serviços **específicos** da autarquia destacamos os seguintes valores:

Saneamento	2.579,60 euros
Resíduos Sólidos	18.048,15 euros
Cemitérios	6.101,00 euros
Parquímetros	2.687,93 euros
Parque de Campismo	115,80 euros
Piscinas Municipais	5.367,50 euros
Teleférico	3.926,00 euros
Entradas no Centro de Ciência Viva	2.207,91 euros
Entradas no Aquário da Madeira	41.070,15 euros

Rendas

Bar das Piscinas Naturais	0,00 euros
Bar da Laje	0,00 euros
Outros	1.496,40 euros

DESPESAS

As despesas **correntes** somam 578.780,01 euros onde se destacam os seguintes valores:

Despesas com pessoal	266.858,04 euros
Aquisição de bens e serviços	24.605,15 euros
Aquisição de serviços	167.924,25 euros
Juros e outros encargos	38.847,28 euros
Transferência Correntes	110.720,42 euros
Despesas de Capital destaca-se a seguinte rubrica.	
Amortização de Empréstimo de Médio e Longo Prazo	83.304,47 euros

TRANSFERÊNCIAS

Procedemos à transferência dos valores abaixo indicados:

Clube Naval do Seixal	
Protocolo até Março	3.600,00 euros
Outros subsídios	2.870,00 euros
Clube Desportivo e Cultural do Porto Moniz	
Protocolo até Março	15.900,00 euros
Outros subsídios	0,00 euros
Associação Sócio Cultural do Seixal	
Protocolo até Março	3.960,00 euros
Outros subsídios	0,00 euros
Bombeiros Voluntários de São Vicente e Porto Moniz	
Protocolo até Março	30.000,00 euros
Outros subsídios	0,00 euros
Associação de Idosos do Porto Moniz	
Protocolo até Março	1.080,00 euros
Outros subsídios	0,00 euros
Associação Cultural e Recreativa do Porto Moniz	
Protocolo até Março	4.320,00 euros
Outros subsídios	0,00 euros
Juntas de freguesia:	
Junta de freguesia das Achadas da Cruz	1.042,74 euros

Junta de freguesia do Porto Moniz	2.781,24 euros
Junta de freguesia da Ribeira da Janela	1.313,49 euros
Junta de freguesia do Seixal	2.014,26 euros
Protocolo até Março	7.151,73 euros
ADENORMA - Associação de Desenvolvimento da Costa Norte da Madeira	
Protocolo até Março	10.800,00 euros

ABATIMENTOS NOS ACORDOS DE PAGAMENOS:

Empresa de Electricidade da Madeira	0,00 euros
Valor Ambiente	0,00 euros
Serviço Regional de Saúde	0,00 euros

REGULARIZAÇÃO DOS PAGAMENTOS DAS BOLSAS AOS ESTUDANTES:

Pagamento até Março	12.900,00 euros

5. Realização de exercícios com vista a testar a operacionalidade dos Planos Municipais de Emergência e de Proteção Civil; ----------

Considerando que a Câmara Municipal propôs à Assembleia Municipal a aprovação de deliberação que demonstre interesse na centralização na AMRAM do procedimento concursal necessário à contratação dos serviços para a realização de serviços com vista a testar a operacionalidade dos Planos Municipais de Emergência e de Proteção Civil do Município de Porto Moniz, sem prejuízo das competências do Município; ----------

Considerando que o Município de Porto Moniz integra a Associação de Municípios da Região Autónoma da Madeira; ----------

Considerando que o Decreto Legislativo Regional n.º 16/2009/M, que aprova o regime jurídico do Sistema de Proteção Civil da Região Autónoma da Madeira, estipula que "Os planos de emergência estão sujeitos a uma atualização periódica e devem ser objeto de exercícios frequentes com vista a testar a sua operacionalidade"; ----------

Considerando que a realização de exercícios tem como finalidade testar a operacionalidade dos planos, manter a prontidão e assegurar a eficiência de todos os agentes de proteção civil e garantir a manutenção da eficácia do plano e das organizações intervenientes; ----------

Considerando a aprovação do PMEPC do Município de Porto Moniz em 30 de dezembro de 2013, publicado no Jornal Oficial da Região Autónoma da Madeira, II Série – n.º 241 / Despacho n.º 177/2013; ----------

Considerando o lapso temporal decorrido desde a aprovação do PMEPC é necessária a realização de exercícios com vista a testar a operacionalidade do PMEPC do Município de Porto Moniz; ----------

Considerando que a AMRAM obteve a aprovação da candidatura com a designação "AMRAM-PMEPC", apresentada ao Programa INTERVIR +; ----------

Considerando que a Componente 2. da Candidatura, denominada: "Realização de exercícios com vista a testar a operacionalidade dos PMEPC dos Municípios da RAM" prevê a realização de exercícios com vista a testar a operacionalidade dos PMEPC para os Municípios de Funchal, Santana, Ribeira Brava, Porto Moniz e São Vicente (5 dos 11 Municípios da RAM, com respetivo PMEPC aprovado), sem prejuízo das competências do Município; ----------

Considerando que a realização conjunta de exercícios com vista a testar a operacionalidade dos PMEPC para os cinco municípios em causa representa um aproveitamento de recursos e sinergias, garantindo-se poupanças significativas; ----------

Emanuel Jardim Fernandes, Presidente da Assembleia Municipal de Porto Moniz propõe, nos termos da alínea k) do n.º2 do artigo 25 da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, que a Assembleia Municipal centralize na AMRAM, que funcionará como entidade adjudicante, a competência de contratar os serviços necessários à realização de exercícios com vista a testar a operacionalidade do PMEPC para o Município de Porto Moniz, sem prejuízo das competências do Município. ----------

Submetida a proposta à votação foi aprovado por unanimidade. ----------

6. <u>Aprovação da Despesa Plurianual de Contrato de Prestação de Serviços – «Aquisição do Serviço de Transporte Escolar no Município do Porto Moniz 2015-2018»;</u> ----------

Atendendo a que: ----------

1- A Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro – Lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso, adiante designada por LCPA, alterada e republicada pela Lei n.º 22/2015 de 17

de março, prevê que a autorização plurianual de despesa está sujeita a autorização prévia da Assembleia Municipal ----------

2- A LCPA tem como principal objectivo a implementação de medidas que extingam os pagamentos em atraso das várias entidades públicas, impedindo que aquelas que os têm assumam compromissos que possam por em causa o cumprimento daquela meta. --------

3- O Município de Porto Moniz pretende iniciar um procedimento concursal **«Aquisição do Serviço de Transporte Escolar no Município de Porto Moniz 2015-2018»,** com vista a contratualizar a prestação de serviços de transporte escolar, dos alunos do 1.º ciclo do ensino básico e crianças do ensino pré-escolar, (de e para a Escola Básica do 1º Ciclo com Pré-Escolar do Porto Moniz) durante o período lectivo de 2015/2018, durante o período de 3 anos letivos (2015/2016 – 2016/2017 – 2017/2018), com um valor total máximo global de € 169.272,61 (cento e sessenta e nove mil, duzentos e setenta e dois euros e sessenta e um cêntimos) e que com um valor máximo estimado (previsto) para cada ano letivo de € 56.424,20 (cinquenta e seis mil e quatrocentos e vinte e quatro euros e vinte cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido, de acordo com as especificações do Caderno de Encargos. ----------

4- A alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da LCPA, define que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público privadas, está sujeita a autorização prévia da Assembleia Municipal. ----------

5 - Para efeitos de prévia cabimentação da despesa inerente ao contrato a celebrar, estima-se que o respectivo preço base não poderá exceder o valor máximo estimado (previsto) de € 169.272,61 (cento e sessenta e nove mil, duzentos e setenta e dois euros e sessenta e um cêntimos) e que com um valor máximo estimado (previsto) para cada ano letivo de € 56.424,20 (cinquenta e seis mil e quatrocentos e vinte e quatro euros e vinte cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido, a satisfazer pela dotação Orçamental do ano 2015 – 01.02 / 02.02.10 – Transportes, conforme informação da Contabilidade n.º 234/2015, datada de 14-04-2015, com confirmação da existência de fundos disponíveis. ----------

Emanuel Jardim Fernandes, Presidente da Assembleia Municipal do Porto Moniz, propõe que a Assembleia aprove a assunção do presente compromisso plurianual relativo ao procedimento **«Aquisição do Serviço de Transporte Escolar no Município de Porto Moniz 2015-2018»**, nos termos alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º, da Lei nº 8/2012 de 22 de Fevereiro, alterada e republicada pela Lei n.º 22/2015 de 17 de março. ----------

Submetida a proposta à votação foi aprovado por unanimidade. ----------

7. <u>Aprovação da Despesa Plurianual de Contrato de «Aquisição de combustíveis rodoviários - 2015»;</u> ----------

Atendendo a que: ----------

1- A Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro – Lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso, adiante designada por LCPA, alterada e republicada pela Lei n.º 22/2015 de 17 de março, prevê que a autorização plurianual de despesa está sujeita a autorização prévia da Assembleia Municipal ----------

2- A LCPA tem como principal objectivo a implementação de medidas que extingam os pagamentos em atraso das várias entidades públicas, impedindo que aquelas que os têm assumam compromissos que possam por em causa o cumprimento daquela meta. --------

3- O Município de Porto Moniz pretende iniciar um procedimento concursal **«Aquisição de combustíveis rodoviários – 2015»,** com vista a contratualizar aquisição de combustível rodoviário e para as viaturas ao serviço do Município de Porto Moniz, com um valor total máximo global de € 202.275,00 (duzentos e dois mil duzentos e setenta e cinco euros), com uma estimativa de consumo de combustível de 165.000 litros de gasóleo e 5000 litros de gasolina, com os preços de referência do dia 10 de Abril de 2015, publicados em JORAM, com IVA incluído à taxa legal em vigor, de acordo com as especificações do Caderno de Encargos. ----------

4- A alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da LCPA, define que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público privadas, está sujeita a autorização prévia da Assembleia Municipal. ----------

5 - Para efeitos de prévia cabimentação da despesa inerente ao contrato a celebrar, estima-se que o respectivo preço base não poderá exceder o valor máximo estimado (previsto) de € 202.275,00 (duzentos e dois mil duzentos e setenta e cinco euros) e que com um valor máximo estimado (previsto) para cada ano de € 67.425,00 (sessenta e sete mil quatrocentos e vinte e cinco euros), com IVA incluído à taxa legal em vigor, a satisfazer pela dotação Orçamental do ano 2015 – 01.02 / 02.01.02. – Gasóleo, conforme informação da Contabilidade n.º 233/2015, datada de 14-04-2015, com confirmação da existência de fundos disponíveis. ----------

Emanuel Jardim Fernandes, Presidente da Assembleia Municipal do Porto Moniz, propõe que a Assembleia aprove a assunção do presente compromisso plurianual relativo ao procedimento **«Aquisição de combustíveis rodoviários – 2015»**, nos termos alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º, da Lei nº 8/2012 de 22 de Fevereiro, alterada e republicada pela Lei n.º 22/2015 de 17 de março. ----------

Submetida a proposta à votação foi aprovado por unanimidade. ----------

8. <u>Apreciação e discusão da Conta de Gerência 2014, bem como o inventário dos bens do Município do Porto Moniz</u>. ----------

Considerando que os documentos de prestações de contas individuais das autarquias «Conta de gerência de 2014», são deliberados e votados pelos órgãos executivos reunidos em sessão ordinária durante o mês de abril do ano seguinte ao que diz respeito a referida conta. Para efeitos de aprovação, foi presente a Conta de Gerência de 2014 pelo Sr. Presidente com os seguintes valores: Na receita 4.655.313,50 € (Quatro milhões seiscentos e cinquenta e cinco mil trezentos e treze euros e cinquenta cêntimos). E na despesa 3.800.324,55€ (Três milhões oitocentos mil trezentos e vinte e quatro euros e cinquenta e cinco cêntimos). Como entrada em operações de tesouraria registaram-se 296.800,65€ (Duzentos e noventa e seis mil e oitocentos euros e sessenta e cinco cêntimos), como saídas em operações de tesouraria registou-se o valor de 24.394,04€ (vinte e quatro mil trezentos e noventa e quatro euros e quatro cêntimos). Nos termos do ponto 2.7.3.5 do POCAL, propõem-se que o resultado líquido do exercício de 2014 no valor positivo 2.288.082,68€ (Dois milhões duzentos e oitenta e oito mil e oitenta e dois euros e sessenta e oito cêntimos) sejam transferidos 5% para Reservas Legais e o restante para a conta de Resultados transitados. ----------

----------O Senhor Deputado Ambrósio Jardim tomou a palavra para explicar que o grupo parlamentar do PSD irá votar contra a Conta de Gerência, por diversas razões, destacando sobretudo a fraca execução do PPI (plano plurianual de investimento), que conforme se vê pela relatório de gestão, apenas atinge os 32% o que é extremamente baixo, relembrando que o Presidente quando estava na oposição criticava execuções na ordem dos 50% - 60%. Salientou que em múltiplas rubricas em questão, nomeadamente, turismo e agricultura que são fundamentais para o concelho a taxa de execução é 0%, demonstrando o não investimento do executivo nestas áreas. ----------

Continuando a sua intervenção refere que, o aumento da receita do IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis), sobretudo nos ultimo dois anos, resultantes das avaliações efetuadas aos prédios urbanos, está a sobrecarregar as famílias do concelho e que a Câmara Municipal deve efetuar tudo o que for legalmente possível para atenuar este imposto, nomeadamente aproveitando as propostas efetuadas pela vereação do PSD, nomeadamente através da redução dos coeficientes de localização, que agora podem ser revistos, bem como a aprovação do chamada IMI familiar, que permite a redução do imposto em função do número de dependentes, proposta que segundo parece foi aceite na reunião de Câmara na parte da manhã. ----------

O Senhor Presidente da Câmara assume a fraca execução do PPI, referindo que se trata de uma estratégia, de um ato de gestão que tem uma razão muito objetiva que se prende com as candidaturas a fundos comunitários, para os quais ainda não foi efetuada a regulamentação devida que permita concretizar candidaturas para os investimentos a realizar no nosso Concelho, e desta forma potenciar as verbas disponíveis. ----------

O Senhor Presidente da Câmara recorda que a 21 de Outubro 2013 recebeu 4.598.309,00 euros de divida e de disponibilidades em bancos recebeu cerca de 625.000,00 euros. ----------

Contudo, o Senhor Presidente da Câmara afirma que o que prometeu à população está cumprir, sobretudo em termos sociais, com transportes e livros escolares a todos os níveis de ensino gratuitos, bombeiros em funcionamentos 24Horas diárias, bolsas de estudo ao ensino superior, que para o próximo ano letivo serão de 150,00 €.----------

Recuperou a frota automóvel e adquiriu 3 viaturas para agilizar o serviço, bem como asfaltou caminhos do Rei e do Castanheiro, reparou os principais buracos existentes nas vias municipais, efetuou reparação de muros e muralhas na Ribeira da Janela e Seixal.
Refere também que tem dívida que herdou para pagar e que se encontra protocolada com a EEM, SESARAM e Valor Ambiente, bem como os empréstimos à banca e dívida do Aquário, assumida pela Câmara. Distribuiu Raticida pelos agricultores, suportando esse encargo para bem das culturas e controlo de pragas, em suma investimentos que, em termos financeiros, não são visíveis mas que a população sentiu, pois não tem de desembolsar verbas para os ter no seu dia a dia. ----------
Em relação ao IMI se ouve reavaliação do IMI estamos a receber mais. Contudo já está agendado uma reunião com o Senhor Arq. Filipe Abreu para rever o zonamento e para redefinir os coeficientes de localização conjuntamente com a proposta que foi aprovada para introdução de taxa de redução do IMI em função do número de descendentes. ------
O Senhor Presidente da Câmara referiu também que irá informar as populações para que os próprios solicitem o pedido de reavaliação até Outubro por forma a baixar o valor da avaliação e consequentemente do IMI. ----------
O Senhor Lino Conceição refere que tenham atenção com as reavaliações porque se o valor não baixar também têm de pagar as custas da reavaliação, o que não é barato. ------
Emanuel Jardim Fernandes, Presidente da Assembleia Municipal de Porto Moniz propõe que a Assembleia delibere, nos termos da alínea I) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, sobre a conta de gerência, bem como o inventário dos bens do Município do Porto Moniz. ----------
Submetida a proposta à votação foi aprovada por maioria com 10 votos a favor dos deputados PS e 9 votos contra dos deputados do PSD. ----------

9. <u>1ª Revisão ao Orçamento da Receita, da Despesa e do Plano Plurianual de Actividades para o Ano Financeiro de 2015</u> . ----------

Considerando que, as regras orçamentais respeitantes aos municípios e freguesias, impõem os princípios da anualidade, universalidade, especificação, equilíbrio, não consignação e não compensação, respeitando o orçamento do ano civil, podendo ser modificados através de alterações e revisões. ----------

Emanuel Jardim Fernandes, Presidente da Assembleia Municipal de Porto Moniz propõe, nos termos da alínea l) do n.º1 do artigo 25 da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, que a Assembleia Municipal aprecie e vote a 1º Revisão ao Orçamento e Plano do ano de 2015. ----------

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que esta revisão é uma situação que decorre de Lei, no seguimento da aprovação da conta de gerência, referindo que derramou no Concelho obras pelas quatro freguesias como tem demonstrado ao longo deste ano e meio do mandato. ----------

Submetida a proposta à votação foi aprovado por unanimidade. ----------

10. Período aberto ao público. ----------

Ninguém se apresentou para intervir. ----------

Findos os trabalhos, nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente deu por terminada a sessão, pelas dezasseis horas e quarenta e nove minutos, dela se tendo lavrada a presente ata, que, depois de lida e aprovada por unanimidade dos membros presentes, vai ser assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Secretários da Mesa da Assembleia e por mim, Jorge Filipe Góis Garanito, Chefe de Divisão, que a redigi. ------

O Presidente: _____

1º Secretário: _____

2º Secretário: _____

O Redator: _____